

*Tarcísio Maciel Chaves de Mendonça*

# Lei Penal em Branco

---

*Um confronto com o princípio da legalidade  
e análise dos crimes ambientais e econômicos*

2ª EDIÇÃO

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Tarcísio Maciel Chaves de Mendonça

Categoria: Direito Penal

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

M539I

Mendonça, Tarcísio Maciel Chaves de

Lei penal em branco : um confronto com o princípio da legalidade e  
análise dos crimes ambientais e econômicos / Tarcísio Maciel Chaves de  
Mendonça. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

276 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 245-256.

ISBN 978-65-5510-319-9

1. Direito penal. 2. Princípio da legalidade. 3. Lei penal. 4. Crime  
ambiental. 5. Crime comercial. I. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Prefácio à 2ª edição .....	XV
Prefácio à 1ª edição.....	XIX
<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>2. Nota histórica .....</b>	<b>5</b>
2.1. 1ª Fase: Binding.....	5
2.2. 2ª Fase: Mezger .....	8
2.3. 3ª Fase – Lei penal em branco e Direito penal contemporâneo .....	12
<b>3. Lei penal em branco.....</b>	<b>19</b>
3.1. Problema de Denominação: Lei, Norma ou Tipo Penal em Branco .....	19
3.2. Conceito de lei penal em branco na doutrina dominante .....	26
3.2.1. Doutrina estrangeira .....	26
3.2.2. Doutrina Nacional.....	29
3.3. Classificação das leis penais em branco: homogênea e heterogênea .....	31
3.3.1. Lei penal em branco homogênea .....	32
3.3.2. Lei penal em branco heterogênea .....	35
3.4. Lei penal em branco frente o princípio da legalidade .....	41
3.4.1. Do princípio da legalidade e seus corolários .....	41
3.4.2 Critério para a definição da constitucionalidade da lei penal em branco.....	45
3.4.2.1. Finalidade político-criminal do princípio da legalidade .....	47
3.4.2.2. Fundamentos político-criminais da lei penal em branco heterogênea .....	51
3.4.2.2.1. Lei penal em branco complementadas por normas administrativas .....	52
3.4.2.2.2. Leis penais em branco complementadas por leis estaduais ou municipais .....	55
3.4.2.3. Fundamentos político-criminais da lei penal em branco homogênea .....	57
3.5. Elementos em branco e definições legais .....	58

3.5.1. Características da integração normativa na lei penal em branco....	59
3.5.2 Característica da integração normativa nas definições legais.....	61
3.5.2.1. Crime tentado .....	61
3.5.2.2. Concurso de pessoas .....	63
3.5.2.3 Crimes comissivos por omissão.....	64
3.5.3. Fronteira entre definições legais e lei penal em branco .....	65
3.6. Lei penal em branco e lei penal imperfeita.....	65
3.7 Elemento em branco e normativo .....	69
3.7.1. Conceito de elemento normativo .....	72
3.7.2. Distinção entre elemento em branco e elemento normativo.....	81
3.8. Nossa posição .....	87
<b>4. Do conflito de norma de complementação no tempo.....</b>	<b>89</b>
4.1. Correntes doutrinárias .....	90
4.2. Da (im)possibilidade de retroação de norma de complementação menos gravosa ( <i>abolitio criminis</i> ) .....	92
4.2.1. Teoria Clássica: Tempus Regit Actum .....	93
4.2.2. Aplicação plena do princípio da retroatividade.....	96
4.2.3. Teorias intermediárias .....	99
4.2.3.1. Modificação de dados fáticos .....	101
4.2.3.2. Alteração do núcleo do ilícito típico.....	104
4.2.3.3. Posições da doutrina.....	107
4.2.3.3.1. Jakobs.....	107
4.2.3.3.2. Marinucci e Dolcini.....	110
4.2.3.3.3. Luigi Gatta.....	112
4.2.3.3.4. Klaus Tiedemann.....	113
4.2.4. Posição do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça .....	114
4.3. Nossa posição .....	121
<b>5. Fonte das normas de complementação de Lei penal em branco.....</b>	<b>131</b>
5.1. Leis em sentido estrito .....	131
5.2. Tratados internacionais .....	132
5.3. Resoluções e portaria .....	144
5.4. Leis Estadual e Municipal.....	146

5.5. Decretos, resoluções e portarias estaduais ou municipais .....	147
5.6. Contrato .....	148
<b>6. Delimitação da norma de complementação da lei penal em branco ...</b>	<b>151</b>
6.1. Estado das Coisas.....	151
6.1.1. Jurisprudência .....	151
6.1.2. Doutrina .....	153
6.2. Necessidade de Delimitação Formal e Material .....	166
6.2.1. Delimitação material da lei penal em branco heterogênea .....	168
6.2.1.1. Bem Jurídico como direito subjetivo .....	172
6.2.1.2. Bem jurídico como direito subjetivo público de obediência ao Estado.....	174
6.2.1.3. Teorias objetivas do bem jurídico.....	176
6.2.1.4. Nossa posição.....	189
6.2.2. Limites impostos à norma de complementação .....	192
6.2.2.1. Das classes de remissões normativas como critério de delimitação formal da lei penal em branco .....	194
6.2.2.1.1. Remissões implícitas e explícitas .....	194
6.2.2.1.2. Remissões dinâmicas e estáticas .....	200
6.2.2.1.3. Remissões Sucessivas .....	203
6.2.2.1.4. Remissão geral e especial .....	205
6.2.2.2. Teoria do Mínimo Essencial .....	208
6.2.2.2.1. Critérios para definição do mínimo essencial .....	212
6.2.2.2.1.1. Análise da estrutura do tipo objetivo.....	212
6.2.2.2.1.1.1. Verbo .....	213
6.2.2.2.1.1.2. Sujeito ativo.....	214
6.2.2.2.1.1.3. Lugar .....	217
6.2.2.2.1.1.4. Tempo.....	217
6.2.2.2.1.1.5. Modo de Execução .....	219
6.2.2.2.1.1.6. Meio de execução.....	220
6.2.2.2.1.1.7. Objeto material.....	221
6.2.2.2.1.1.8. Nossa posição.....	222
6.2.2.2.1.2. Aspectos formais da remissão normativa.....	223
6.2.2.2.1.2.1. Integração normativa real e aparente.....	224

6.2.2.2.1.2.2. Modalidades de remissões normativas das leis penais em branco.....	226
6.2.2.2.1.2.2.1. Remissão interpretativa.....	227
6.2.2.2.1.2.2.2. Remissão restritiva da ilicitude .....	229
6.2.2.2.1.2.2.3. Remissão ampliativa da ilicitude .....	232
6.2.2.2.3 Nossa posição .....	236
<b>7. Conclusão.....</b>	<b>237</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>245</b>